



Consultores de Políticas
Comunitarias

Documento de Trabalho para a
Programação 2014-2020:

RESUMO DO DIAGNÓSTICO
SOCIOECONÓMICO DA ZONA DE
COOPERAÇÃO



PROGRAMA
COOPERACIÓN TRANSFRONTERIZA
ESPAÑA ~ PORTUGAL
COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

União Europeia
FEDER



Investimos no seu futuro

16 de outubro de 2013

1. RESUMO DA ANÁLISE DO CONTEXTO ECONÓMICO, SOCIAL E TERRITORIAL DA ZONA DE COOPERAÇÃO

O espaço de cooperação transfronteiriça de Espanha e Portugal caracteriza-se por uma relativa debilidade demográfica, expressa territorialmente em baixas densidades de população (40 hab./km²), um maior grau de envelhecimento e baixos índices de acessibilidade por estrada e por caminho-de-ferro, que lhe conferem um claro carácter rural.

Na verdade, 79% da sua área geográfica considera-se como predominantemente rural, e a sua rede urbana encontra-se pouco desenvolvida, com um predomínio de centros de pequena dimensão. No entanto, registam-se assimetrias internas, sendo possível distinguir diferenças entre as regiões litorais, particularmente as situadas no norte, e as do interior.

A composição sectorial da atividade económica dos territórios transfronteiriços precisa realizar uma alteração da estrutura produtiva que favoreça o crescimento da produtividade e a melhoria da competitividade económica. No seu conjunto, trata-se de uma economia de serviços, que apresenta um tecido produtivo pouco diversificado e centrado em sectores básicos e intensivos em recursos naturais endógenos, como as atividades marítimas e pesqueiras, a pecuária e os produtos agrícolas, o sector das rochas ornamentais, o mobiliário e o turismo.

O quadro empresarial assenta em PME e microempresas (representando 95% do total) que contam, portanto, com maiores dificuldades para aceder a fontes de financiamento externas, realizar investimentos produtivos e processos de modernização tecnológica, assim como operar em mercados globais.

Os instrumentos financeiros para responder às necessidades de financiamento relacionadas com a criação e desenvolvimento empresarial são muito variados e dependem, tanto do tipo de empresa, como da etapa do ciclo de vida em que se encontra, destacando o sistema de garantias recíprocas, capital de risco e a Iniciativa JEREMIE.

A fragilidade do tecido produtivo transfronteiriço agravou-se em consequência da persistência e gravidade da crise económica internacional, atingindo com especial intensidade as empresas desta zona, que viu descer o número de empresas em 5% só no triénio 2008-2010.

Tudo isto converte o espaço de cooperação numa área das “menos desenvolvidas” da Europa, constatando-se um claro predomínio de NUTS 3 com um PIB per capita abaixo dos 75% da média comunitária. Além disso, o forte impacto da crise económica e financeira estagnou o processo de convergência do período anterior e prevê-se uma recuperação difícil que impedirá voltar ao caminho das elevadas taxas de crescimento.

Não obstante, existem alguns centros que apresentam um maior potencial económico e capacidade de dinamização, que coincidem, além disso, com aqueles que apresentam as mais elevadas densidades populacionais, têm um perfil demográfico menos envelhecido e contam com um maior grau de urbanização (Cávado y Pontevedra).

A isto, há que acrescentar a influência positiva que as zonas adjacentes exercem sobre território elegível pelo Programa, ampliando significativamente as possibilidades de crescimento e de cooperação transfronteiriça. Entre as quais se destacam Grande Porto, Ave, Tâmega, a Corunha, Valladolid, Dão-Lafões, Cádiz e Sevilha.

Mas onde os efeitos da crise se têm notado com maior incidência tem sido no mercado de trabalho, sobretudo no lado espanhol da fronteira. Estas dificuldades destacam-se pelas altas taxas de desemprego entre a população entre os 24 e os 64 anos (24,3%); o elevadíssimo desemprego juvenil (50%) e o crescente desemprego de longa duração (44,3%).

Em regiões como a Andaluzia e a Extremadura, esta situação pressupõem, não só um problema económico importante, mas também do tipo social. Em geral, a percentagem de população em risco de pobreza ou exclusão social na Raia luso-espanhola está cerca de dez pontos acima da média da UE15. Assim, 26,5% da população conta com um nível de rendimentos, depois das transferências sociais, inferior a 60% da média nacional.

A mobilidade laboral transfronteiriça também se ressentiu, devido à diminuição do número de profissões de difícil cobertura, o que impediu que sejam ocupadas por trabalhadores estrangeiros.

Por outro lado, os níveis de educação da população apresentam amplas margens de melhoria. Existe uma elevada taxa de abandono escolar precoce (20,8%) que, juntamente com a grande contração do emprego, provocou que uma quinta parte da população entre os 18 e os 24 anos não estude nem trabalhe, gerando um círculo vicioso de difícil saída. No entanto, a formação contínua ao longo da vida registou um bom comportamento, contribuindo para incrementar a empregabilidade através da melhoria das qualificações.

No âmbito da inovação e desenvolvimento tecnológico, as regiões da fronteira de Espanha e Portugal destinam a atividades de I+D 1,1% do seu PIB, o que denota que, todavia, persiste uma substancial diferença em relação à média da UE27 (2%). O papel do tecido empresarial neste esforço não é tão dinâmico como seria desejável para o espaço de cooperação. A participação do sector privado em I+D é de 40%, o que dificulta a transferência tecnológica para o sector produtivo e realça a falta de “cultura da inovação” do tecido empresarial. Isto constitui uma marcada debilidade dos sistemas regionais de I+D+i, que contribui para explicar as dificuldades existentes em ganhar competitividade e em aumentar a capacidade de criação de riqueza.

Não é por acaso, que a maior parte das regiões que compõem o espaço de cooperação Espanha-Portugal se encontram na posição de Inovadores Moderados, abaixo da média europeia situada em inovadores seguidores. No entanto, existem, no espaço de cooperação, numerosos centros de investigação, universidades e centros tecnológicos dedicados, tanto à criação de novo conhecimento, como à valorização e transferência do mesmo ao sector empresarial e ao conjunto da sociedade.

Por sua vez, o sector das tecnologias da informação e comunicação não adquiriram uma relevância suficiente, nem em termos de VAB nem de emprego. Do lado da procura, embora se verifique uma redução progressiva da lacuna digital, há, todavia, um baixo desempenho no acesso e uso das TICs.

Na perspetiva do meio ambiente, há que destacar a extraordinária diversidade e qualidade deste espaço, que tem 1.600.000 hectares de espaços naturais protegidos de grande interesse e uma grande riqueza de ecossistemas naturais.

No entanto, não está isento da incidência de diversos riscos naturais, que afetam o conjunto do território, devido tanto a episódios naturais, como à própria ação antrópica. Entre os mais significativos encontra-se a existência de áreas sismicamente perigosas, a erosão, desertificação e compactação do solo, assim como os riscos derivados de deslizamentos, inundações, incêndios florestais e seca.

Verificam-se, também, problemas relacionados, sobretudo, com a qualidade dos recursos hídricos e o tratamento de águas residuais. Esta questão é especialmente relevante para o desenvolvimento turístico de determinados territórios da fronteira.

Por último, na raia ibérica existe uma importante rede de património arqueológico, arquitetónico, cultural, paisagístico e ambiental de enorme importância e potencial como elementos de desenvolvimento. Conta com 8 sítios considerados como Património da Humanidade pela UNESCO, e numerosos Bens de Interesse Cultural (BIC), que atuam como fatores de atração turística e desenvolvimento local.

Em conclusão, a situação da zona transfronteiriça mostra que as regiões que compõem este Espaço de Cooperação estão bastante longe de poder alcançar os objetivos estabelecidos na Estratégia 2020, sendo necessário fazer um esforço muito importante nos próximos anos de modo a alcançar um crescimento inteligente, sustentável e integrador.

